



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Matriz de Gerenciamento de Riscos

(Processo Administrativo nº ____/ 2026)

1. Informações Básicas:

1.1. Número da Matriz de Alocação de Riscos: ____/2026

1.2. Responsáveis: **Gardênia Menezes Martins - Membro convidado da Equipe de planejamento.**

1.3. Data:

1.4. **Objeto da Matriz de Riscos:** o **registro de preços** para futura aquisição de abafador de ruído ajustável (protetor auricular tipo concha) infantil colorido, destinados ao atendimento dos estudantes com diagnóstico de transtorno do espectro autista “TEA” da rede municipal de ensino), na conformidade do termo de referência.

Riscos Identificados

IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO ⁵			TRATAMENTO AO RISCO	
RISCO	Fase ¹	Evento de Risco ²	Causas ³	Consequências ⁴	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco P x I ⁶	Resposta ⁷	Responsável ⁸



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-01	Planejamento da Contratação – Setor de Compras	Preços de referência arrevesados, que não refletem a realidade de mercado.	Deficiência na elaboração orçamentado estimado	Definição de preços de referência que não refletem os praticados no mercado, com consequente impossibilidade ou dificuldade de avaliar adequadamente a exequibilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.	1	4	4	O setor de compras e/ou qualquer outro, eventualmente incumbido de empreender tal fase de planejamento, deverá atentar para as prescrições técnicas contidas na Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 07 de julho de 2021, bem como as prescrições técnicas engendradas pelos órgãos de controle, com o fito de conceber preço de referência que reflita a realidade de mercado.	Contratante
-------------	--	--	--	--	---	---	---	---	--------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-02	Planejamento da Contratação	Não assistir interessados no pregão	“falha na divulgação do instrumento contratual”	Não formalização de instrumento	1	4	4	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP	Contratante
R-03	Planejamento da Contratação	As empresas não conseguem atender aos comandos edifícios	“Falha na estipulação dos comandos do edital”	Não formalização de instrumento	1	4	4	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP	Contratante
R-04	Planejamento da Contratação	Especificação e quantidade insuficiente dos produtos	Falta de verificação ou verificação incorreta Da quantidade e/ou a especificações as quais o alunado atípico necessita.	Possibilidade de prestação de serviço ineficiente que não forneça as condições ideais para o alunado atípico.	1	4	4	Descrever o (s) item (ns) e quantidades do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades. Mesmo adotando a ação de mitigação de risco e este acabe por se materializar, a administração	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								deverá conceber os atos necessários para elidir a situação, seja através do competente aditivo de preços, na forma do Art. 124 e seguintes, ou empregar medidas diversas.	
R-05	Planejamento da Contratação	Fixação, no edital, de prazo de validade das propostas insuficiente para a conclusão do certame e formalização do contrato,	Alta complexidade do objeto e pouca expertise da equipe responsável	Consequente liberação dos licitantes dos compromissos assumidos em suas propostas (art. 90, § 3º) antes de formalizada a contratação e impossibilidade ou dificuldade de contratar nas condições ofertadas pelo vencedor, de negociar melhores	2	4	8	O setor técnico deverá, quando da elaboração dos atos inerentes ao planejamento, concebe-lo de modo portentoso, de modo a fornecer à equipe de licitação os elementos mínimos necessários para conceber, de modo perfunctório, os	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

				condições com os remanescentes ou até mesmo contratar nas condições originais por eles ofertadas (art. 90, §§ 2º e 4º).				comandos editalícios. Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
R-06	Licitatória	Seleção de prestador de serviços sem condições de cumprir o contrato	Entendimento de que a busca por resultado mais vantajoso para a Administração prevalece sobre o princípio básico de vinculação ao edital, levando à aceitação de proposta que esteja em	(1) Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da necessidade da administração; (2) Falha na análise das propostas apresentadas, levando à ausência de identificação de	2	3	6	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

			<p>desconformidade com o edital e à quebra da isonomia entre os participantes</p>	<p>encargos tributários superdimensionados nas planilhas de preços, com consequente contratação por valores mais elevados</p> <p>(3) Licitante vencedor apresentar proposta com preços de alguns itens abaixo do mercado (subpreço) e de outros itens acima do mercado (sobrepço), mas de forma que o valor global de sua proposta seja o menor, levando à contratação de proposta que não reflete a realidade dos preços de mercado (contendo “jogo de</p>				<p>eventual incidência, de erro essencial que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão Nº 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.</p>	
--	--	--	---	---	--	--	--	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

				planilhas”), com consequente superfaturamento contratual (danos ao erário) em caso de utilização, mediante termo aditivo ao contrato, de quantidade maior dos itens com sobrepreço e/ou menor dos itens com subpreço.				Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
R-07	Licitatória	Ocorrência de agudização do princípio da vinculação ao princípio da vinculação ao instrumento editalício e, por excesso de formalismo, desclassificar proposta vantajosa	Falta de capacidade técnica do(a) pregoeiro(a) ou dos membros da comissão de contratação, levando à desclassificação precipitada de proposta por erro sanável	Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da necessidade da Administração	2	3	6	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

para
administração.

incidência, de erro
essencial, que não
pode ser
convalidado,
importando, assim,
na desclassificação
da proposta, como
modo de resguardar
o interesse público,
bem como
procedendo a
competente motivação
dos atos, na forma
do Acórdão N°
977/2024 –
Plenário – TCU,
como meio de
inibir a
apresentação de
esclarecimentos,
recursos e/ou
medidas judiciais
que protelem a
conclusão do
processo.
Mesmo adotando-
se a medida de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
R-08	Licitatória	Desclassificação de propostas, por inexecutabilidade, sem que se seja franqueado à oportunidade em se demonstrar a executabilidade.	Ante a ausência de capacidade técnica, o(a) pregoeiro(a) de contratações e/ou membros da comissão de contratação podem empreender desclassificação sumária de proposta sem realizar diligências para aferir a executabilidade ou exigir do licitante	Consequente perda de oportunidade de obter resultado mais vantajoso para a Administração, ou questionamentos e paralisação do certame	1	4	4	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá observar o princípio do formalismo moderado, bem como o §2º do Art. 59, da Lei Federal Nº 14.133/2021, sempre que viável, sempre devendo registrar suas motivações de modo robusto, em	Contratante



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

que ela seja
demonstrada

reverência ao
princípio da
motivação e, em
especial, conforme
o orientado pelo
emérito Tribunal de
Contas da União –
TCU, quando da
prolação do
Acórdão N°
977/2024 –
Plenário.
Assim,
considerando que o
termo de referência
possui múltiplos
facetas, acaso o
licitante reste
inexequível, para
poucos itens, o
prazo a ser
franqueado para o
licitante é de
02:00h (duas
horas), para que ele
apresente a planilha
e demais



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								<p>documentações pertinentes, para a comprovação de exequibilidade, na forma do edital; se restar inexequível, para uma quantidade razoável de itens o tempo anteriormente definido, poderá ser estipulado em até 04:00h (quatro horas); se ele restar inexequível para um número demasiado de itens, o prazo será de 24:00 (vinte e quatro horas). O prazo para análise da inexequibilidade, pelo competente setor técnico de contabilidade, será</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								estipulado segundo os critérios definidos acima, bem como o influxo de demandas daquele setor, já que em não sendo exclusivo para à análise de exequibilidade.	
R-09	Licitatória	Aceitação de proposta com preços inexequíveis	Falta de capacitação, bem como desídia e/ou incúria, dos servidores públicos incumbidos tal empreitada	(1) o contratado vem a pleitear frequentes alterações contratuais para elevar a sua remuneração, com consequente aumento do custo da fiscalização do contrato para gerir os frequentes conflitos com o fornecedor. (2) o contratado tende ao	1	4	4	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual incidência, de erro essencial, que não pode ser	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

				<p>inadimplemento da obrigação pelo contratado ou à redução da qualidade do objeto a nível inferior ao contratado, com consequente não atendimento da necessidade da Administração.</p>				<p>convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.</p> <p>Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se</p>	
--	--	--	--	---	--	--	--	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								<p>materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se elidir a situação, como instauração de processo administrativo, para avaliar a pertinência de adotar medida administrativa para ilidir a situação, seja com a possibilidade de concessão do reequilíbrio, ou outra medida administrativa para constringir o fornecedor a honrar com os seus compromissos. Em caráter residual, acaso nenhuma outra</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								medida surta o efeito, deverá ser instaurado o processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como envia esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso e/ou a assunção do instrumento contratual, por outro prestador, na forma do Art. 90, da Lei Federal Nº 14.133/2021.	
R-10	Licitatória	Apresentação de proposta com especificação ligeiramente inferior a constante no	O licitante não possui item que seja exatamente aderente as especificações contantes no	A administração por excesso de formalismo deixa de celebrar contrato vantajoso financeiramente	1	4	4	O Setor Técnico pertinente, quando da análise das propostas, deverá analisar	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

		Termo de Referência.	de	Termo de Referência, contudo possui item que, ainda que inferior, atende ao interesse público. Ainda pode ser apresentado especificação superior a contantes no Termo de Referência.	para o interesse público que atende, ou até mesmo excede, o interesse público.				cuidadosamente as especificações apresentadas pelos licitantes, para que, acaso sejam passíveis de aproveitamento, de modo à não haver a desclassificação de proposta, vantajosa economicamente e que atenda ao interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a	
--	--	----------------------	----	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

conclusão do
processo.

Mesmo adotando-se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se elidir a situação, como instauração de processo administrativo, para avaliar a pertinência de adotar medida administrativa para ilidir a situação, seja com a possibilidade de concessão do reequilíbrio, ou outra medida administrativa para



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								<p>constringir o fornecedor a honrar com os seus compromissos. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta o efeito, deverá ser instaurado o processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como envia- dores esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso e/ou a assunção do instrumento contratual, por outro prestador, na forma do Art. 90, da Lei Federal Nº 14.133/2021.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-11	Licitatória	Realização de negociação, para com o licitante, de modo, tacanho efêmero, não conseguindo condições mais benéficas para à administração.	Ausência de parâmetros para conduzir negociação com os licitantes remanescentes e avaliar os descontos obtidos, além de pouca expertise do agente ou dos membros da comissão de contratação em técnicas de negociação.	insegurança na condução da negociação e à adoção de critérios subjetivos, com consequentes: a) dificuldade de obter condições mais vantajosas para a Administração; b) desclassificações precipitadas de propostas que estejam acima do orçamento estimado; c) precipitação em aceitar propostas ou em reputar como frustrada a negociação; d) tentativa de negociação “a qualquer custo”, porém com comprometimento da exequibilidade da	3	3	9	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de negociação das propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, se, quando da negociação, poderá utilizar de estratégias mais sofisticadas, com o azo de conceber preço mais vantajoso, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N°	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.
------	-------------	--	--	---	---	---	---	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

				proposta ou com a diminuição de qualidade do objeto ofertado; e e) questionamentos sobre quebra de isonomia e atraso na contratação.				977/2024 – Plenário – TCU, como meio de inibir a apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo. Mesmo em se adotando as medidas mitigatórias de risco, o evento se materialize, a administração deverá adotar as medidas para, a depender do caso concreto, empreende-se o reequilíbrio, com o fim de baixar o preço pactuado	
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								<p>e/ou outra medida diversa para equalizar o preço tanto quanto menor poderia vir a ser. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta o efeito, deverá ser instaurado o processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como envidar esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso e/ou a assunção do instrumento contratual por outro prestador de serviços.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-12	Licitatória	Recusa na assinatura do instrumento,	“Provável desídia da eventual contratada”	Não formalização de instrumento	2	4	8	Em primeiro momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021; em não surtindo efeito, avaliar a pertinência da possibilidade em se contratar de modo diverso e instauração do PAAP.	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.
------	-------------	--------------------------------------	---	---------------------------------	---	---	---	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-13	Licitatória	O licitante. Por questões técnicas, não consegue proceder a assinatura do instrumento contratual	“Dificuldade do licitante, em proceder à assinatura, por diversos fatores, entre eles, destacam: Se for eletrônico, problemas de conexão de Internet e/ou problemas com o token e congêneres; Se for presencial, dificuldade com o deslocamento até o órgão; e Em todo caso, acaso seja requerendo algum critério de apresentação de documento, como condição à assinatura do Contrato, o	Não formalização de instrumento	2	4	8	Em primeiro Momento, prorrogar o prazo concedido para a assinatura do contrato, na forma do §1º, do Art. 95, da Lei Nº 14.133/2021. Em segundo momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021;	Contratante/Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.
------	-------------	--	--	---------------------------------	---	---	---	--	---



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

licitante não
conseguir
providenciar.

Em terceiro
momento, na
hipótese de
nenhum licitante
aceitar praticar as
condições do 1º
(primeiro)
colocado, deverá:
convocar os
licitantes
remanescentes para
negociação, na
ordem de
classificação, com
vistas à obtenção de
preço melhor,
mesmo que acima
do preço do
adjudicatário, na
forma do Inc. I, do
§4º, do Art. 90, da
Lei Nº
14.133/2021;

Em quarto
momento, acaso as
negociações



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

aludidas no
parágrafo anterior,
restar fracassada,
adjudicar e celebrar
o contrato nas
condições ofertadas
pelos licitantes
remanescentes,
atendida a ordem
classificatória,
quando frustrada a
negociação de
melhor condição,
na forma do Inc. II,
do §4º, do Art. 90,
da Lei Nº
14.133/2021; e

Por fim, acaso
nenhuma das
situações anteriores
logrem êxito,
avaliar a
pertinência de
repetição do
certame, ou, em
caso de extrema



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								urgência e pertinência, contratar emergencialmente; abertura de PAAP	
RC-14	Licitatória	No caso de necessidade de empreender negociações, para com os licitantes remanescentes, para contratação, na forma do Inc. I, do §4º, do Art. 90, da Lei Federal Nº 14.133/2021, esta ser módica e aquém do necessário.	Ausência de Expertise necessária, dos servidores competentes, para conduzir as negociações, e avaliar os descontos obtidos, levando-se para a tentativa de negociação “a qualquer custo”, porém, com comprometimento da exequibilidade da proposta ou com a diminuição de qualidade do objeto ofertado; questionamentos	Ausência de expertise técnica, dos servidores responsáveis pela negociação e/ou ausência, no processo de licitação, de balizas técnicas que auxiliem os servidores	3	4	12	Capacitação dos servidores envolvidos com a negociação, bem como o estabelecimento de balizas técnicas no processo de licitação, para auxiliar os negociadores. Mesmo Adotando as medidas anteriores, acaso o cenário se consubstancie, analisar os danos impostos, mediante abertura de PAAP, para analisar se o	Administração e/ou licitante desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

sobre quebra de
isonomia e atraso
na contratação

erro será
convalidado, se há
a possibilidade de
retificação, seja
mediante
reequilíbrio
econômico-
financeiro, seja por
empreendimento de
aditivo qualitativo,
e, em não sendo
viável, analisar a
pertinência de
rescisão e, acaso
possível,
convocação dos
demais licitantes
para contratação de
remanescente, ou,
em sendo
pertinente,
contratação
emergencial, com
consequente aporte
do licitante,
eventualmente
desidioso.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-15	Gestão do Contrato	Seleção indevida do eventual fornecedor	Falha no setor de aquisição, licitações e contratos em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Interrupção na plena oferta do serviço de educação, dado que não serão disponibilizados os insumos para o alunado atípico.	1	4	4	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP constatadas em processo administrativo aberto para este fim.	Contratado
R-16	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa, ou vencida, no ato da contratação	Má-fé ou inobservância da Contratada; não verificação por parte da Administração	Contratação de empresa indevidamente.	1	2	2	Exigir apresentação de documentos originais ou com cópias autenticadas. No ato do recebimento, conferir com os originais. Consulta em sites de órgãos oficiais. Mesmo empreendendo-se a ação mitigatória, acaso o evento se	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								materialize, adotar medida administrativa para sanear o contrato. Em caráter residual, avaliar a pertinência de contratação dos serviços por meio diverso ou não.	
R-17	Gestão do Contrato	Fornecimento dos itens de forma ineficaz ou em níveis de qualidade insuficientes.	Fiscalização ineficiente do serviço pelo fiscal de contrato. Falta de um método de aferição da qualidade dos itens fornecidos pela contratada por parte do fiscal de contrato.	1.Haverá prejuízos nos serviços de educação, frente a ausência do equipamento necessário para o alunado especial. 2 Os serviços não atenderão todas as necessidades das localidades de modo que aqueles infantes não sejam plenamente educados.	3	3	9	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer um índice de medição do serviço eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório. Mesmo adotando a medida mitigatória, acaso o cenário venha a se	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								<p>materializar, empreender as medidas necessárias para compelir o contratado a sanear a prestação dos serviços. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021, para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-18	Gestão do Contrato	Fornecimento de equipamento que não forneça o abafamento adequado.	Frente ao não abafamento de ruído adequado, o infante não conseguiu dispor das condições para o estudo.	1.Haverá prejuízos nos serviços de Educação, já que o silêncio é condição indispensável para o aprendizado de aluado especial.	3	3	9	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes do efetivo fornecimento dos equipamentos, verifique a aderência as exigências técnicas necessárias, para a sua plena utilização. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei N°	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	--	---	--	---	---	---	---	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								14.133/2021, para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

								Acaso o evento venha a se materializar e a culpa pelo resultado danoso seja oriundo da imperícia técnica da contratada, a reposição do equipamento deverá ser às expensas do eventual contratado.	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-19	Gestão do Contrato	Equipamento que cause alergia e/ou problemas correlatos de saúde.	Utilização de material de baixa qualidade, que não atende as métricas técnicas, de segurança física do alunado.	1.Haverá prejuízos nos serviços de Educação, já que o silêncio é condição indispensável para o aprendizado de aluado especial. 2. Poderá haver a responsabilização civil e criminal do órgão público, pois, ainda que não tenhamos produzido o equipamento, o poder de tutela do infante é de responsabilidade nossa.	3	3	9	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes do efetivo fornecimento dos equipamentos, verifique a aderência as exigências técnicas necessárias, para a sua plena utilização. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei N°	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	---	---	--	---	---	---	---	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								14.133/2021, para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

								Acaso o evento venha a se materializar e a culpa pelo resultado danoso seja oriundo da imperícia técnica da contratada, a reposição do equipamento deverá ser às expensas do eventual contratado.	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-20	Gestão do Contrato	Dano físico ao utilizar equipamento.	Quando da montagem e/ou produção do equipamento, houver imperícias, como parafusos mal alocados, que comprometam a segurança do usuário.	1.Haverá prejuízos nos serviços de Educação, já que o silêncio é condição indispensável para o aprendizado de aluado especial. 2. Poderá haver a responsabilização civil e criminal do órgão público, pois, ainda que não tenhamos produzido o equipamento, o poder de tutela do infante é de responsabilidade nossa.	3	3	9	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer canal de estabelecimento com o contratado para que, antes do efetivo fornecimento dos equipamentos, verifique a aderência as exigências técnicas necessárias, para a sua plena utilização. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei N°	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	--------------------------------------	--	--	---	---	---	---	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								14.133/2021, para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso. Acaso o evento venha a se materializar e a culpa pelo resultado danoso seja oriundo da imperícia técnica da contratada, a reposição do equipamento deverá ser às expensas do eventual contratado.	
R-21	Gestão do Contrato	Atraso no cumprimento do prazo de início do fornecimento dos	Displicência da Contratada e falha na fiscalização.	Risco de não do prestação serviço/objeto	5	4	20	Notificação da Contratada, determinação de prestação de	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

fonos abafadores
auriculares, bem
como prestação de
serviço a menor.

serviço e abertura
de Procedimento
Administrativo de
Aplicação de
Penalidade.
Mesmo adotando-
se as medidas
mitigatórias de
risco, acaso o
evento venha a se
materializar,
empreender os atos
administrativos
necessários, para
elidir a situação,
como a aplicação
do disposto no Art.
90, da Lei Federal
Nº 14.133/2021.
Mesmo em se
adotando as
medidas
mitigatórias acaso
o evento venha a se
materializar,
empreender as
medidas



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								administrativas para constranger o contratado a execução contratual. Em caráter residual, acaso as medidas diversas não surtam efeito, estudar a viabilidade em se adotar meio de contratação diverso.	
R-22	Gestão do Contrato	Quando da Execução do objeto contratual, houver ágio no preço dos insumos bases	Devido a fatores externos, os itens de combate à incêndios, poderão torna-se demasiados altos, de modo a serem totalmente dicotômicos ao que lastreou a formulação da proposta	Risco de rescisão contratual devido pelo contratado, já que este não poderá ser obrigado a comportar situação que o prejudique, pois, na forma do art. 884, do Código civil, ele terá direito a rescisão em ônus para ambas as partes	2	4	8	Solicitação e/ou resposta, com a máxima brevidade, dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, para, em sendo possível, fazê-lo, e, em não sendo, adotar outra medida	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								administrativa diversa. Mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias, acaso o evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou, acaso não surta efeito, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

R-23	Gestão do Contrato	Considerando que se vislumbra prorrogações contratuais, por se tratar de serviço de caráter frequente, o orçamento base da licitação e/ou propositura da proposta do licitante ultrapassará 01 (um) ano.	Simples decurso do tempo	Risco de rescisão contratual, pleiteada pelo contratado, já que o valor estará abusivo para e, inexoravelmente, teremos de rescindi-lo, já que, acaso houve-se a manutenção, sem qualquer alteração nos termos, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito.	4	4	16	Solicitar e/ou responder de forma célere, o procedimento de reajuste, com o fim de preservar equilíbrio-financeiro, evitando, o desabastecimento do serviço. Mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias, acaso o evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021, para um dos demais	Contratante e/ou Contratado desidioso
------	--------------------	--	--------------------------	---	---	---	----	---	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou, acaso não surta efeito, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	
R-24	Gestão do Contrato	Aumento, superveniente, da necessidade dos serviços dos fones abafadores ao alunado.	Motivos supervenientes, quaisquer que sejam, alheios à vontade administrativo, que aumente a necessidade de disponibilização dos abafadores auriculares.	Risco de desabastecimento pleno, e, por consequência, não prestação do serviço a contento, dos serviços de educação ao alunado especial, o que, em última análise pode vir a prejudicar a dignidade humana dos moradores, sobretudo, daqueles cidadãos atípicos.	2	4	8	Proceder à análise do aumento, acaso ficar restrito aos limites dispostos no Art. 125, da Lei Nº 14.133/2021. Mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias, acaso o evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art.	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								90, da Lei Federal N° 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou, acaso não surta efeito, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	
R-25	Gestão do Contrato	Alteração de requisitos secundários da contratação, como a identificação da empresa, ou a fonte por qual correrá os pagamentos dos serviços.	Fatores externos alheios à vontade administrativa que incidem sobre a avença, como a cisão, incorporação da contratada por outra empresa, ou ainda, o remanejamento de recursos que torna insubsistente a dotação	consequente inviabilidade do pagamento pelos serviços assiduamente prestados, podendo ocasionar em contendas judiciais por enriquecimento ilícito, na forma do Art. 884, da Lei Federal N° 14.133/2021.	3	2	06	De modo prévio atentar-se para tais alterações durante a execução contratual, e empreender os apostilamentos necessários, na forma do Art. 136, da lei federal N° 14.133/2021. Acaso inviável, rescindir o instrumento	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

originalmente
concebida para os
pagamentos.

contratual, antes da
plena e efetiva
execução
contratual, para
substituí-lo por
outro que o possa
fazer, como a
adoção da liturgia
entabulada no Art.
90, da Lei Federal
Nº 14.133/2021.
Em caráter
residual, acaso
nenhuma outra
medida surta efeito,
estudar a
viabilidade e
pertinência de
contratar o serviço
por meio diverso.
Ainda, acaso o
licitante execute o
serviço, mas tenha
como vir a liquida o
seu pagamento,
pelos motivos
acondicionados



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								neste tópico, pagá-lo mediante indenização, bem como instaurar o competente procedimento de apuração de responsabilização.	
R-26	Gestão do Contrato	Falta de capacidade técnica das comissões processantes, falta de clareza acerca das responsabilidades e dos procedimentos para condução dos processos administrativos com vistas à apuração de infrações relacionadas à execução do	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos membros da equipe de fiscalização.	consequente nulidade dos procedimentos, quando aplicados, impossibilidade de sancionar o contratado pelas infrações cometidas, sensação de impunidade, e ambiente propício à recorrência de irregularidades na execução do contrato.	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

contrato, e normas pertinentes para condução desses processos estão esparsas, levando à não instauração dos processos ou à instrução dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (p. ex., estabelecimento da conduta, tipificação, nexo de causalidade, culpabilidade, provas, garantia de contraditório e ampla defesa)

contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

RC-27	Gestão do Contrato	Falta de previsão de sanções específicas para obrigações relevantes do contrato, juntamente com a ausência de definição clara da irregularidade, da forma de cálculo da sanção e das evidências necessárias para a penalização	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos da equipe de fiscalização	levando à dificuldade de identificar o desvio a ser sancionado, de determinar o prejuízo causado e de calcular a sanção proporcional a ele, com consequente dificuldade para aplicar sanções que contribuam para trazer o contrato à normalidade, ou até mesmo a anulação das sanções aplicadas.	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja	Contratante e/ou Contratado desidioso
-------	--------------------	--	--	--	---	---	----	--	---------------------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-28	Gestão do Contrato	Falta de consideração da dosimetria na aplicação de sanções (Lei 14.133/2021, art. 156, § 1º: natureza e a gravidade da infração,	Ausência e/ou capacitação inefetiva da equipe responsável pela fiscalização.	levando à falta de proporcionalidade e de razoabilidade da decisão, com consequentes questionamentos e anulação das sanções.	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes.	Contratante e/ou Contratado desidioso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

peculiaridades do
caso concreto,
circunstâncias
agravantes ou
atenuantes, danos)

Consequentemente,
elaboração de
termos contratuais
mais precisos.
Mesmo com as
precauções, acaso o
risco se materialize,
rescisão do termo
contratual, com
consequente
deflagração do
PAAD, bem como
proceder as
medidas
necessárias para
prover a
continuidade do
abastecimento, seja
com a convocação
dos demais
licitantes, para
execução de
remanescente, na
forma do §6º, do
Art. 90, da Lei Nº
14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-29	Gestão do Contrato	Falta de atualização ou atualização intempestiva do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)	Tal evento pode ser originado tanto da falta de capacitação da equipe técnica responsável quanto influxo de demandas assoberbante, levando a não disponibilização dos serviços em tempo hábil para tanto	falta de publicidade da sanção aplicada e à ilegalidade por afronta ao art. 161 da Lei 14.133/2021, com consequente ineficácia da sanção e participação indevida em licitações e/ou contratação, por outras organizações públicas, de empresa com restrições.	2	5	10	Proceder tanto a capacitação da equipe técnica, quando estabelecer um fluxo administrativo equilibrado, para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com	Contratado/ Fiscalização



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

RC-30	Gestão do Contrato	Desconhecimento, por parte dos responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, bem como do contratado, das sanções que podem ser aplicadas	Falta de transparência quanto aos termos pactuados.	execução contratual com aplicação intempestiva de sanções ou sem aplicação de sanções, com consequente não atendimento da necessidade da contratação, atritos entre as partes e contratações reiteradas de empresas que não entregam os objetos contratados adequadamente, pois não apresentam registros que as desabonem, bem como judicializações.	2	5	10	Divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6º, do Art. 90, da Lei Nº 14.133/2021.	Contratado/ Fiscalização
-------	--------------------	---	---	--	---	---	----	--	-----------------------------



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

								Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-31	Gestão do Contrato	Receio do gestor de ser responsabilizado pela manutenção de contrato eivado de ilegalidade insanável ou entendimento de que contrato viciado deve ser anulado a todo custo	Falta de discernimento sobre os impactos inerentes a cada evento que possa vir a se consubstanciar, no sentido de não conseguir definir se o erro é passível de convalidação ou não.	Anulação precipitada do contrato, sem uma avaliação prévia dos impactos da medida, com consequentes prejuízos ainda maiores ao interesse público, incluindo a interrupção de atividades essenciais e a condenação a indenizar o licitante contratado por danos e perdas sofridos (caso a	2	4	8	Capacitação do servidor responsável por elidir a situação, em especial, com a prestação dos serviços de subterfúgios que auxiliem na apreciação da dimensão do erro materializado, com vista a manter o contrato intricado, ou em não sendo possível, adotar medidas	Contratado/ Fiscalização



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

ilegalidade não seja
de sua
responsabilidade).

administrativas
diversas, como, a
convocação de
licitante para
execução de
remanescente, na
forma do §6º, do
Art. 90, da Lei
Federal Nº
14.133/2021. Em
caráter residual,
acaso nenhuma
outra medida surta
efeito, estudar a
viabilidade e
pertinência de
contratar o serviço
por meio diverso.

1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

ESCALA DE PROBABILIDADE

ESCALA DE IMPACTO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO	NÍVEL	DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO	NÍVEL
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência	2	Baixa	Impacto mínimo nos objetivos	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3	Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	4	Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5	Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

NÍVEL DE RISCO	
1 – 2	Baixo
3 – 6	Médio
7 – 13	Elevado

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.

8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.

2. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

2.1. Nenhum acompanhamento incluído.

3. Responsáveis:

3.1. Setor Demandante e Equipe de Planejamento.

- **Técnicos e requisitantes responsáveis pela elaboração da Matriz de Risco:** A elaboração desta Matriz de Risco foi conduzida por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais capacitados e experientes na área descrita neste documento. Este grupo, Setor demandante e equipe de planejamento, uniu seus conhecimentos técnicos-operacionais para garantir a precisão e abrangência das informações contidas neste documento. A atuação conjunta desses profissionais assegurou a compilação de requisitos essenciais, a definição clara dos parâmetros técnicos e a adequada reflexão das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana/SE.

1.1. **Integrante da equipe de planejamento responsável pelas orientações gerais desta Matriz de Risco:** Um membro-chave da equipe de planejamento desempenhou papel fundamental na orientação e coordenação desta Matriz de Risco. Este integrante, detentor de conhecimentos abrangentes sobre aspectos operacionais e regulamentares pertinentes ao **registro de preços** para futura aquisição de abafador de ruído ajustável (protetor auricular tipo concha) infantil colorido, destinados ao atendimento dos estudantes com diagnóstico de transtorno do espectro autista “TEA” da rede municipal de ensino). O técnico foi responsável por fornecer as diretrizes gerais que orientaram a elaboração deste documento. Sua gestão e sua compreensão



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA**

aprofundada dos objetivos Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana/SE, garantiram que as orientações refletissem as necessidades específicas e a visão estratégica da Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana/SE.

Gardênia Menezes Martins
Responsável técnico da equipe de planejamento